



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

Ofício nº PMC/SEPLAN/DCONV/033/2025

Congonhas, 12 de fevereiro de 2025

A Câmara Municipal de Congonhas,

Encaminhamos em anexo cópia do Termo de Convênio Nº 005/2025, que entre si celebram o Município de Congonhas e Grêmio Recreativo Escola de Samba Casa Imperial Rosa.

Atenciosamente,

Nathan Filipe Carmo Moreira
Secretário Mun. de Planejamento

Câmara Municipal de Congonhas



PROTOCOLO GERAL 234/2025
Data: 13/02/2025 - Horário: 09:42
Legislativo



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

TERMO DE FOMENTO Nº. 005/2025

PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONGONHAS E O GRÊMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA ACADÊMICOS DA JACUBA

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CONGONHAS**, inscrito no CNPJ sob o nº. 16.752.446/0001-02, com sede na praça Presidente Kubitschek, 135, Centro, Congonhas/MG, doravante denominado **MUNICÍPIO**, neste ato representado por seu Prefeito, Anderson Costa Cabido inscrito no RG Nº 4.370.328 e no CPF nº 813.617.426-15, e pela Secretária Municipal de Cultura, Patrícia Fernandes Monteiro, portador da Carteira de Identidade nº. 6.633.820 e CPF nº 937.572.206-68 e **GRÊMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA ACADÊMICOS DA JACUBA**, inscrito no CNPJ nº.09.244.064/0001-02 com sede na Rua Padre Flávio, 132, Alto do Cruzeiro, Congonhas/MG, neste ato representada por sua Presidente Keyla Sherazady Freitas, portador do RG MG 10.730.343 e do CPF nº033.746.516-90, doravante denominada OSC (Organização da Sociedade Civil), resolvem celebrar este **TERMO DE FOMENTO**, com fundamento na Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei nº. 13.204 de 14 de dezembro de 2015, mediante as cláusulas e condições abaixo descritas.

EMENDA IMPOSITIVA

Processo Administrativo nº. 136/2025

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

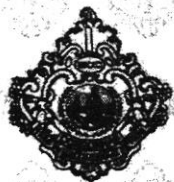
O presente Termo tem por objeto estruturar e reformar três carros alegóricos, e construção de dois elementos cenográficos, por meio de aquisição de serviços de solda, elétricos, ornamentação, aquisição de materiais e outros para os desfile de carnaval em 2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO GESTOR

O **MUNICÍPIO** nomeia como gestor do presente Termo de Fomento, a servidora Raquel Cristina dos Santos conforme Portaria Municipal nº. PMC/334/2025.

2.2 São obrigações do Gestor:

- I – verificar se a OSC cumpriu a obrigação de divulgar os dados da parceria celebrada com a Administração Pública Municipal;
- II - acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- III – formalizar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências a serem adotadas para saná-las;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

IV - emitir o relatório técnico de monitoramento e avaliação;

V - emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação;

VI - disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação, quando couber.

2.3 Caberá ao gestor, nos termos do Artigo 32 do Decreto Municipal 6731, de 16/10/2018, a emissão, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do encerramento de cada bimestre, de Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da parceria celebrada, que será submetido à comissão de monitoramento e avaliação, que o homologará.

2.3.1 O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I – descrição das atividades, metas e indicadores estabelecidos;

II – informação de irregularidades apuradas, providências a serem tomadas, prazo para solução e data de retorno para verificação do pleno atendimento.

III- declaração de cumprimento da obrigação contida no Art. 11 da Lei 13.019/2014.

2.4 Na hipótese de o relatório técnico de monitoramento e avaliação evidenciar irregularidades, tais como desvio de finalidade na aplicação dos recursos da parceria, atrasos na execução das ações e metas, descumprimento ou inadimplência da OSC em relação a obrigações pactuadas, o gestor da parceria notificará a OSC para, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos:

I – sanar a irregularidade;

II- cumprir a obrigação;

III – apresentar justificativa para a impossibilidade de saneamento da irregularidade ou cumprimento da obrigação.

2.4.1 O relatório técnico de monitoramento e Avaliação será homologado pela comissão de monitoramento e avaliação no prazo de 10 (dez) dias corridos a contar do seu recebimento.

2.4.2 Depois de homologado pela comissão de monitoramento e avaliação, o relatório técnico de monitoramento e avaliação deverá ser encaminhado à Diretoria de Convênios para ser anexado aos autos do respectivo processo administrativo.

2.5 Caberá também ao gestor a elaboração de parecer técnico sobre a prestação de contas, levando em consideração o conteúdo do(s) relatório(s) técnico(s) de monitoramento e Avaliação, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de fomento.

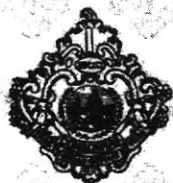
2.5.1 O parecer técnico sobre as prestações de contas, a ser elaborado pelo gestor, levará em consideração a execução física e os relatórios de cumprimento do objeto apresentados pela OSC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

3.1 - O MUNICÍPIO nomeia para membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação os servidores:

Silnara Kelly Santos Faustino, Silvana Miranda Fialho Oliveira, e José Isaias Miranda conforme Portaria Municipal nº. PMC/334/2025

3.2 - Este termo de parceria será monitorado e avaliado mediante os seguintes procedimentos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

- a) análise do objetivo e sua finalidade;
- b) acompanhamento mensal da prestação dos serviços;
- c) análise de relatórios dos trabalhos desenvolvidos;

3.3 – Nos termos do Artigo 30, §3º do Decreto Municipal 6731, de 16/10/2018, a comissão de monitoramento e avaliação se reunirá mensalmente, com o intuito de proceder à avaliação da execução da parceria e a análise e homologação do relatório elaborado pelo gestor.

3.4 - A comissão de monitoramento e avaliação poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro do colegiado para subsidiar seus trabalhos.

3.5 - A comissão de monitoramento e avaliação realizará visitas técnicas que deverão ser circunstanciadas em relatório de visita técnica que será enviado à OSC para conhecimento, esclarecimento e eventuais providências, cuja execução poderá ensejar a revisão do documento.

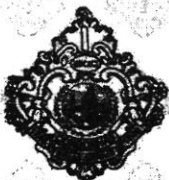
3.6 - Nas parcerias com vigência superior a 1 (um) ano, a Administração Pública, por meio do gestor da parceria e da comissão de monitoramento e avaliação, realizará, sempre que possível, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas.

3.7 – Serão utilizados indicadores para aferição do cumprimento das metas e os meios de verificação, conforme Plano de Trabalho anexo a este Termo.

CLÁUSULA QUARTA– DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS

4.1 – SÃO OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

- a) Fornecer os recursos para a execução do objeto;
- b) transferir os recursos financeiros, de acordo com o Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho, para a conta bancária específica da OSC em instituição financeira pública (Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal);
- c) acompanhar e fiscalizar a execução da parceria, através do Gestor e da Secretaria Responsável;
- d) emitir Relatório(s) Técnico(s) de Monitoramento e Avaliação da parceria durante a vigência do objeto;
- e) receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pela OSC;
- f) elaborar elucidativo parecer conclusivo sobre a prestação de contas da OSC, a fim de atender aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, conforme artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e avaliar se houve aplicação correta dos recursos (art. 59 da Lei 13.019/2014);
- g) aplicar as penalidades previstas e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos, constatada inadimplência em prestar contas ou execução em desacordo;
- h) publicar o extrato deste instrumento no sítio eletrônico do município, conforme artº. 38 da Lei 13.019/2014;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

- i) notificar a celebração deste instrumento à Câmara Municipal.
- j) demonstrar de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil foram avaliados e são compatíveis com o objeto; conforme artº. 35, III da Lei 13.019/2014;

k) aprovação do plano de trabalho, a ser apresentado nos termos da Lei 13.019/2014; artº. 35, IV

4.2 – SÃO OBRIGAÇÕES DA OSC:

- a) responsabilizar-se pela execução do objeto;
- b) aplicar os recursos repassados pelo MUNICÍPIO exclusivamente no objeto constante na Cláusula Primeira;
- c) responsabilizar-se pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme o caso;
- d) prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;
- e) permitir livre acesso do gestor, do responsável pelo Controle Interno, dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação do MUNICÍPIO, aos processos, aos documentos e às informações referentes a este instrumento, nas instalações da OSC;
- f) responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento deste Termo de Fomento, mantendo as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO a inadimplência da OSC pelos respectivos pagamentos, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- g) prestar todos os serviços, conforme Plano de Trabalho em anexo, mediante a contratação dos profissionais e pagamento dos respectivos salários, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando proibida a redistribuição dos recursos a outras entidades, congêneres ou não;
- h) observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos;
- i) não praticar desvio de finalidade na aplicação do recurso, atraso não justificado no cumprimento das etapas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria e deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela Administração Pública;
- j) comprovar a exata aplicação da parcela anteriormente repassada, na forma da legislação aplicável, mediante procedimento de fiscalização da Administração Pública Municipal, sob pena de suspensão da transferência;



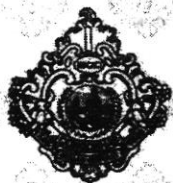
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

- k) efetuar as movimentações financeiras relacionadas aos recursos do presente termo em conta bancária específica em instituição financeira pública (Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal);
- l) manter os recursos aplicados no mercado financeiro, enquanto não utilizados;
- m) manter-se adimplente com o MUNICÍPIO naquilo que tange à prestação de contas de exercícios anteriores, assim como manter a sua regularidade fiscal perante os órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal;
- n) efetuar o seu registro contábil e patrimonial em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- o) enviar ao MUNICÍPIO cópia dos documentos quando houver alteração da diretoria ou do estatuto;
- p) divulgar esta parceria em seu sítio na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, conforme art. 11 da Lei 13.019/2014, com as seguintes informações: a) data da assinatura; b) identificação do instrumento; c) identificação do órgão MUNICÍPIO; d) nome da OSC; e) nº. do CNPJ da OSC; f) descrição do objeto da parceria; g) valor total da parceria e valores liberados, quando for o caso; h) situação da prestação de contas da parceria, devendo informar a data prevista para a sua apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para a sua análise e o resultado conclusivo; i) quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício;
- q) *assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação do MUNICÍPIO em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto descrito no presente Termo de Fomento e, obedecido o modelo-padrão estabelecido pela PREFEITURA DE CONGONHAS, colocar a marca do MUNICÍPIO DE CONGONHAS nas placas, painéis e outdoors de identificação das obras e projetos custeados, no todo ou em parte, com os recursos deste Termo de Fomento, no mesmo tamanho e localização do nome da PREFEITURA DE CONGONHAS e em destaque em relação a qualquer outra marca que venha ser aplicada. A arte deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Governo – Assessoria de Comunicação Institucional.*

CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME JURÍDICO DE PESSOAL

5.1 - Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico/trabalhista, de qualquer espécie, entre o MUNICÍPIO e a equipe que a OSC contratar para a execução do projeto ou atividade constante deste instrumento, se for o caso.

CLÁUSULA SEXTA – DO REPASSE



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

6.1 - Para a execução das atividades previstas neste termo de parceria, no presente exercício, o MUNICÍPIO transferirá à OSC, de acordo com o Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho, o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

CLÁUSULA SÉTIMA – DA LIBERAÇÃO DAS PARCELAS

7.1 Como o Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho deste Termo de Fomento prevê repasse único de recursos, a OSC deverá, para recebimento desta única parcela, estar em dia com sua regularidade fiscal (as certidões abaixo especificadas):

I - Certidões negativas ou positivas com efeito negativo, devidamente atualizadas:

- a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certidão Negativa de Débitos Estadual ou declaração de que a OSC não possui inscrição estadual;
- c) Certificado de Regularidade do FGTS;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- e) Certidão Negativa Municipal;

§ 1º Quando as certidões, de que trata o inciso I, não estiverem disponíveis eletronicamente, a OSC será notificada para regularizar a situação e apresentar a respectiva certidão para liberação da parcela prevista no Cronograma de Desembolso.

§ 2º A análise da prestação de contas de que trata o inciso II não compromete a liberação das parcelas de recursos subsequentes.

§ 3º O repasse das parcelas do recurso total da parceria será efetuado em estrita conformidade ao Cronograma de Desembolso constante no plano de trabalho, após apresentação da prestação de contas pela OSC e aprovação do gestor da parceria.

§ 4º As duas primeiras parcelas serão pagas automaticamente pela Secretaria Municipal de Fazenda, devendo a terceira ser transferida mediante a apresentação da prestação de contas da primeira parcela e assim sucessivamente.

§ 5º A Diretoria de Convênios e Prestação de Contas, expedirá comunicação direcionada ao gestor e à secretaria responsável pela política, informando a entrega da prestação de contas. Após, a secretaria responsável deverá solicitar à Secretaria de Fazenda a liberação do recurso correspondente à parcela subsequente, por meio de documento assinado conjuntamente com o gestor, a ser anexado aos autos do processo administrativo da parceria.

§ 6º O atraso na liberação de parcelas pactuadas no plano de trabalho, por parte do MUNICÍPIO, configura inadimplemento de obrigação estabelecida no termo de fomento ou de colaboração sendo possível a realização e prorrogação de vigência pelo município por período equivalente ao atraso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - Os recursos financeiros do MUNICÍPIO a serem repassados à OSC correrão à conta da seguinte classificação orçamentária: Órgão: 27; Unidade: 01; Função: 13; Sub-função: 392; Programa: 0023; Atividade: 0.095 - Apoio a Entidades- Cultura - Emenda Impositiva; 3.3.50.41- Contribuições; Fonte: 1500; ficha : 1414

CLÁUSULA NONA – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

9.1 Os recursos serão depositados em conta corrente da OSC em instituição financeira pública - Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, específica para o objeto e isenta de tarifa bancária.

9.2 Os recursos, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, mediante avaliação do investimento mais vantajoso, enquanto não empregados na sua finalidade.

9.3 Os rendimentos gerados pela aplicação dos recursos serão aplicados, SOMENTE, no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

9.4 Os pagamentos deverão ser efetuados somente por transferência direta ao fornecedor (PIX, TED) - transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário - pessoa física ou jurídica, inclusive dos empregados, vedada a utilização de cheques e saques bancários para quaisquer pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

10.1 - A OSC compromete-se a restituir o valor repassado, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescido de juros legais na forma da legislação aplicável, para o MUNICÍPIO (conta corrente da prefeitura de Congonhas de nº. 6846-2 na agência 1793-0 do Banco do Brasil), nos seguintes casos:

- a) inexecução do objeto;
- b) falta de apresentação de prestação de contas no prazo exigido;
- c) utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência.

Autas
Parágrafo único. No valor a restituir incluem-se os rendimentos de aplicação no mercado financeiro referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não for comprovado o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha sido feita aplicação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PRESTAÇÃO DE CONTAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

11.1 - A prestação de contas final será apresentada ao MUNICÍPIO até 30 (trinta) dias após a data final da vigência deste termo, ou da conclusão do objeto, ou, igualmente, até 30 (trinta) dias após a data de sua denúncia ou rescisão.

11.2 - A apresentação da prestação de contas será acompanhada dos seguintes documentos:

I - Ofício de encaminhamento endereçado aos técnicos analistas de prestações de contas, constando o nº. do termo;

II - Se a OSC entregar documentos para sanar pendências de prestação de contas já apresentada, deverá também fazer documento informando o nº. do ofício do técnico analista de prestações de contas correspondente;

III - certidões negativas ou positivas com efeito negativo, em original ou cópia autenticada por servidor, devidamente atualizadas (deverá ser apresentada nova certidão somente se a apresentada anteriormente estiver vencida):

- a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certificado de Regularidade do FGTS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- d) Certidão Negativa Municipal;

IV - Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, que conterà:

- a) as ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- b) a demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas, apresentando um comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
- c) os documentos de comprovação do cumprimento do objeto e realização das ações, como fichas de inscrição, listas de presença, fotos e vídeos, ou outros, conforme o caso, devendo o eventual cumprimento parcial ser devidamente justificado. O relatório de execução do objeto deverá incluir datas e local das atividades / apresentações, quantidade de público, material de divulgação (em que constem os créditos exigidos);

V - Relatório de Execução financeira;

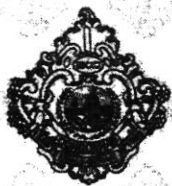
VI - Execução da Receita e Despesa;

VII - Relação de Pagamentos efetuados;

VIII - Conciliação Bancária;

IX - as cotações de preços para aquisição dos materiais e contratação dos serviços deverão ser observadas com as seguintes orientações:

- A entidade deverá adquirir os produtos e/ou contratar os serviços pelo menor preço por item ou agrupamento de elementos de despesas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

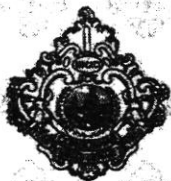
- quando o objeto do termo envolver a aquisição de bens ou a prestação de serviços em geral, deverá ser apresentado orçamento preliminar, com no mínimo três fornecedores diferentes pesquisados ou tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas, ou catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras ou pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas ou utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de forma que demonstre a sua compatibilidade com os valores praticados no mercado.
- Na cotação não se pode colocar marca: "É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório".
- A entidade elaborará o pedido de orçamento contendo a especificação do produto/serviço e a quantidade e o entregará às empresas/profissionais, que o devolverão carimbado e assinado. No orçamento fornecido por pessoa física deverá constar o nº. do documento de identidade e do CPF.
- Cotações feitas por internet serão aceitas somente no caso da impossibilidade de fornecimento pelas outras empresas, comprovada nos orçamentos. Nesse caso, é obrigatório constar o nome da empresa, não sendo aceitos orçamentos de sites de busca.
- Não será aceito orçamento no qual conste que a empresa não possui todos os itens quando adquirido por elemento de despesa. Nesse caso, terá que ser devolvido à conta do termo o valor total utilizado na aquisição dos itens não apresentados.
- Se o orçamento não for apresentado na prestação de contas correspondente, não será aceito posteriormente, porque orçamento significa pesquisa prévia de preços. Terá que ser realizada justificativa técnica e apreciação do(a) gestor(a) para aceitação ou devolvido à conta do termo o valor total utilizado na aquisição do(s) item(ns).
- Se no Plano de Trabalho houver a prestação de serviço de profissionais de nível técnico, a contratação deverá ser precedida de 3 cotações.

X - Extratos da conta bancária e da aplicação financeira de todo o período de execução do termo, ou seja, desde o recebimento da parcela até a última movimentação;

XI - recibos de depósito na conta específica;

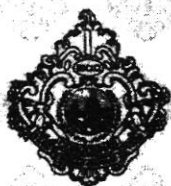
XII - recibo de depósito na conta 6846-2, agência 1793-0 do Banco do Brasil, do saldo remanescente da conta corrente e da aplicação financeira. Ao fazer o depósito, a entidade deverá informar o nº. do CNPJ da OSC;

XIII - relação do nome dos representantes da entidade: diretoria, conselho fiscal, etc.;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

- XIV - contrato ou outro termo que for celebrado com os profissionais que trabalharão no projeto constando a inexistência de vínculo entre eles e o MUNICÍPIO, bem como de que este não se responsabiliza pelos encargos patrimoniais, sociais, trabalhistas e previdenciários;
- XV - declaração de que não há servidor municipal dos Poderes Executivo ou Legislativo recebendo recursos do termo, conforme vedação constante do inciso II do Art. 45 da Lei 13.019/2014, alterada pela Lei 13.204/2015;
- XVI - na hipótese de aquisição de bens com os recursos recebidos, prova do respectivo registro contábil e patrimonial;
- XVII - declaração do representante legal acerca da regular quitação dos encargos e direitos trabalhistas, quando a parceria envolver gastos com pessoal;
- XVIII - declaração do representante legal acerca da realização das despesas da parceria em conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação e interesse público;
- XIX - outros documentos que se fizerem necessários à adequada prestação de contas, a critério do servidor ou setor responsável.
- § 1º Todos os documentos de prestação de contas referidos nesta cláusula devem ser apresentados em via original (que será devolvida à entidade) e em cópia legível. Não serão aceitas folhas avulsas.
- § 2º As prestações de contas e as respostas a pendências especificadas em ofícios deverão ser entregues diretamente aos técnicos analistas de prestações de contas.
- § 3º As despesas serão comprovadas mediante documentos fiscais, nos quais deverá constar o nº. do termo, devendo ser emitidos com clareza e sem rasuras, na forma da legislação e em nome da OSC.
- § 4º A análise de prestação de contas não impede que a administração pública promova a instauração de tomada de contas especial antes do término da parceria, ante evidências de irregularidades na execução do objeto. Nesse caso, o dever de prestar contas surge no momento da liberação de recurso envolvido na parceria.
- § 5º Autorizada a integração ao patrimônio da OSC dos bens remanescentes que tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução deste termo, a entidade deverá enviar, junto à prestação de contas, prova do registro contábil e patrimonial do bem.
- § 6º A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas inabilitará a OSC a participar de novas parcerias ou acordos com a Administração Municipal.
- § 7º A prestação de contas será analisada e avaliada pelo MUNICÍPIO sob dois aspectos, em especial:
- I - técnico: quanto à execução física, cumprimento do Plano de Trabalho e atingimento das metas de execução do objeto, podendo o MUNICÍPIO valer-se de relatórios ou laudos de diligências, inspeções



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

ou vistorias e também de informações obtidas de pessoas beneficiadas, bem como de autoridades públicas ou outras entidades;

II - financeiro: quanto à correta e regular aplicação dos recursos financeiros, nos termos da legislação que rege a administração pública.

§ 8º Deverão ser apresentados os Anexos: E - Relatório de Execução financeira, F - Execução da Receita e Despesa, I - Conciliação Bancária, o Relatório de Cumprimento do Objeto e o comprovante de recolhimento do saldo de recursos, se houver.

§ 9º A partir da data do recebimento da prestação de contas final, o MUNICÍPIO, com base no disposto nos parágrafos acima, terá o prazo máximo de até 150 (cento e cinquenta) dias para análise.

§ 10º O prazo para apreciar a prestação de contas final poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado.

§ 11º O transcurso do prazo definido anteriormente e de sua eventual prorrogação, sem que as contas tenham sido apreciadas:

- a) não impede que a OSC participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias;
- b) não significa impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.

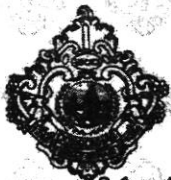
§ 12º Se o transcurso do prazo e de sua eventual prorrogação se der por culpa exclusiva da Administração Pública Municipal, sem que se constate dolo da OSC ou de seus prepostos, não incidirão juros de mora sobre os débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo e a data em que foi emitida a manifestação conclusiva pela Administração Pública Municipal, sem prejuízo da atualização monetária pela Unidade Fiscal do município de Congonhas.

§ 13º Estando a prestação de contas em desconformidade com as normas deste termo, será emitido ofício à entidade com prazo para saneamento das irregularidades.

§ 14º A aprovação da prestação de contas será comunicada formalmente à entidade no prazo de 30 (trinta) dias após a homologação.

§ 15º Os documentos referidos nesta cláusula serão mantidos em arquivo em boa ordem, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição do MUNICÍPIO ou do Tribunal de Contas, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados do dia subsequente ao da prestação de contas final. Na hipótese de a OSC utilizar serviços de contabilidade de terceiros, a documentação deverá ficar arquivada nas dependências da OSC.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA TOMADA DE CONTAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

12.1 Após terem tomadas, sem êxito, as medidas administrativas julgadas necessárias, o MUNICÍPIO promoverá a instauração de tomada de contas e tomará todas as providências cabíveis à regularização das prestações de contas, nos casos em que estas não forem aprovadas, ou quando não forem encaminhadas dentro do prazo previsto.

12.2 Transcorrido o prazo do § 6º do artigo anterior sem terem sido tomadas as providências cabíveis à OSC, a Administração Pública Municipal, sob pena de responsabilidade solidária, adotará medidas para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. Haverá a instauração de tomada de contas especial:

I – por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, se os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, não forem devolvidos à Administração Pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias;

II – se houver evidências de irregularidades na execução do objeto, constatadas antes do término da parceria;

III – se a prestação de contas for rejeitada.

12.3 Tão logo seja instaurada a tomada de contas, os respectivos autos do processo serão encaminhados à Controladoria Geral para análise e para que sejam adotadas as providências decorrentes desta.

12.4. São peças que poderão integrar o processo de tomada de contas:

I – Ficha de qualificação do representante legal da OSC, contendo nome, CPF, endereço residencial e profissional ou comercial, e número de telefone e/ou e-mail;

II – Cópia autenticada deste Termo;

III – Demonstrativo financeiro do débito, indicando, em especial, seu valor original e origem e a data inicial da ocorrência do inadimplemento;

IV – Relatório do responsável pela tomada das contas, constando, de forma circunstanciada, as providências adotadas pela autoridade competente, inclusive relativamente aos expedientes de cobrança de débito remetidos ao representante legal da OSC;

V – Relatório emitido pela Controladoria Geral, com manifestação sobre a adequada apuração dos fatos, indicando, inclusive, as normas, regulamentos ou cláusulas deste Termo que foram infringidos;

VI – Cópias autenticadas do relatório da comissão de sindicância ou disciplinar se for o caso;

[Assinatura]



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

VII – outras peças que permitam ajuizamento acerca da responsabilidade ou não por prejuízo ao erário;

12.5. Para os efeitos desta cláusula, considera-se débito o valor repassado à OSC e não aplicado ou aplicado em desacordo com o disposto neste Termo, assim como quaisquer valores e parcelas, inclusive os representativos de bens que deveriam ter sido restituídos, transferidos e/ou recolhidos à conta do MUNICÍPIO, por força das disposições estabelecidas neste instrumento, observando-se ainda que:

I – O débito será atualizado monetariamente a partir da data da liberação dos recursos, inclusive na forma da legislação vigente aplicável;

II – Sobre o valor do débito incidirão os juros e demais encargos financeiros conveniados ou legais, se for o caso.

12.6. Frustrada ou embaraçada a tomada de contas, em especial se houver evidências de irregularidades de que resultem ou possam resultar em prejuízo ao erário, o CONCEDENTE encaminhará os autos do processo correspondente ao Tribunal de Contas e/ou ao Ministério Público, além de suspender todos os benefícios e favores fiscais porventura concedidos à OSC. Além disso, o CONCEDENTE não poderá realizar nenhuma contratação envolvendo direta ou indiretamente a OSC, podendo promover sua inscrição em sistemas de cadastros de inadimplentes e similares até a adequada regularização da sua situação.

12.7. Regularizada a situação, o CONCEDENTE poderá contratar novamente com a OSC e promoverá:

I – A baixa nos sistemas cadastrais de inadimplentes e similares, se for o caso;

II – A comunicação dessa circunstância ao Tribunal de Contas e/ou ao Ministério Público, visando ao arquivamento do processo correspondente;

III – se for legalmente possível e observado o interesse público, o restabelecimento dos benefícios e favores fiscais que forem suspensos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

13-1 - Este instrumento tem vigência de 90 (noventa) dias a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogada, de acordo com o interesse das partes.

Parágrafo único. O MUNICÍPIO prorrogará de ofício a vigência deste termo se houver atraso na liberação dos recursos, limitada tal prorrogação ao exato período do atraso verificado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS VEDAÇÕES

14.1 - Fica vedado à OSC:

- a) a redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não;
- b) realizar despesas e pagamentos fora da vigência deste termo;
- c) utilizar os recursos para pagamento de despesas não compatíveis com o objeto deste termo;
- d) executar pagamento antecipado a fornecedores de bens e serviços;
- e) transferir recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias;
- f) retirar recursos da conta específica para outras finalidades com posterior ressarcimento;
- g) deixar de aplicar os recursos;
- h) pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
- i) pagar despesas cujo fato gerador tenha ocorrido antes da vigência do instrumento da parceria;
- j) pagar despesas a título de taxa de administração;
- k) pagar multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Pública Municipal na liberação de recursos financeiros.

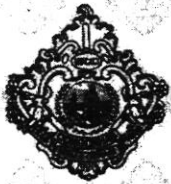
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

15.1 - O presente termo poderá ser denunciado ou rescindido pelos partícipes a qualquer momento, ficando as partes responsáveis pelas obrigações decorrentes ao tempo de vigência.

15.2 - Constitui motivo para rescisão do presente termo o descumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatada pelo MUNICÍPIO a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho ou a falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado.

15.3 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

16.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei 13.019/2014 e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:

I - advertência;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES

17.1 - Este termo ou o Plano de Trabalho poderão ser alterados, de comum acordo entre as partes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada, a ser feita no prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias, que será analisada pela administração pública e, se aprovada, será objeto de termo de aditamento.

Parágrafo único. Admitir-se-á alteração do Plano de Trabalho com prévia apreciação do MUNICÍPIO, ficando vedada a alteração do objeto em qualquer hipótese.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO DIREITO DE PROPRIEDADE

18.1 - Ao término da vigência deste termo ou quando da conclusão do seu objeto ou quando da sua denúncia ou rescisão, os bens remanescentes, **se for o caso**, que tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência de sua execução poderão integrar, a critério do MUNICÍPIO e observada a legislação pertinente, o patrimônio da OSC, mediante termo de cessão. Nesse caso, a OSC adquirirá o direito de propriedade de tais bens. Não havendo a integração, os bens deverão ser transferidos ao MUNICÍPIO no prazo de 90 (noventa) dias, e este dará, a seu critério, a destinação mais adequada, tendo em vista o interesse público.

§ 1º A integração ao patrimônio da OSC somente ocorrerá quando os bens forem necessários para assegurar que a entidade promova a continuidade do projeto / atividade.

§ 2º Autorizada a integração ao patrimônio da OSC, a entidade deverá enviar, junto à prestação de contas, prova do registro contábil e patrimonial do bem.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

19.1- O extrato do presente termo será publicado no sítio eletrônico do município, de acordo com o disposto no art. 38 da Lei nº. 13.019/2014.

Parágrafo único. O MUNICÍPIO e a OSC obrigam-se a dar publicidade a este termo, de acordo com o disposto na Lei 13.019/2014 e alteração.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1 -As partes elegem o Foro da Comarca de Congonhas, Estado de Minas Gerais, para esclarecer as dúvidas de interpretações deste instrumento que não possam ser resolvidas administrativamente, nos termos do art. 109 da Constituição Federal.

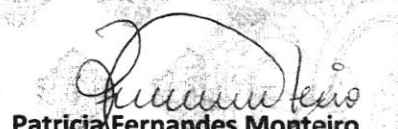
CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 E, por estarem cientes e acordadas com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Congonhas, 07 de fevereiro de 2025


Keyla Sherazady Freitas

Presidente do Grêmio Recreativo Escola de Samba Acadêmicos da Jacuba


Patrícia Fernandes Monteiro
Secretária Municipal de Cultura


Anderson Costa Cabido
Prefeito Municipal de Congonhas

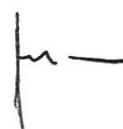
PLANO DE TRABALHO			
1 - DADOS CADASTRAIS			
ÓRGÃO/ENTIDADE: MUNICÍPIO DE CONGONHAS		CNPJ: 16.752.446/0001-02	
ENDEREÇO: Praça Presidente Kubitschek - 135 - Centro			
MUNICÍPIO: Congonhas		UF: MG	CEP: 36.410.064
NOME DO RESPONSÁVEL: Anderson Costa Cabido		CI:	CPF: 813.617.426-15
CARGO: PREFEITO			
2 - DADOS CADASTRAIS - OUTRO PARTÍCIPE			
ÓRGÃO/ENTIDADE: Grêmio Recreativo Escola de Samba Acadêmicos da Jacuba		CNPJ: 09.244.064/0001-02	
ENDEREÇO: Rua Pe. Flávio, 132 - Alto do Cruzeiro			
MUNICÍPIO: CONGONHAS		UF: MG	CEP: 34.414.122
TELEFONE:			
CONTA CORRENTE ESPECÍFICA: 000576670122-1	BANCO: 104	AGÊNCIA: 1044-8	PRAÇA PAGAMENTOS CONGONHAS
NOME DO RESPONSÁVEL: Keyla Sherazady Freitas		ID: MG - 10.730.343	CPF: 033.746.516.90
ENDEREÇO: Travessa Timbiras, 173 - Bairro Basílica - Congonhas - MG			
CARGO: PRESIDENTE	TEL: (31) 9 9999-3550	sherazady2000.@Yahoo.	
3 - HISTÓRICO DA OSC			

A história do G.R.E.S. – Unidos da Jacuba, pode-se dizer, se confunde com a própria trajetória da cidade de Congonhas. Segundo Rosalvo Braga Soares (1990), em seu livro “Jacuba: corpo e alma”, a Escola de Samba tem suas origens na segunda metade dos anos de 1930, quando Congonhas começou a ter um grande carnaval, surgindo três grandes agremiações na cidade, dentre eles uma de nome “Cruzeiro”, que por alfinetadas e chacota dos adversários foi apelidada de Jacuba. Tal nome, segundo Soares (1990), pode se referir ao alimento ou bebida, preparadas à base de farinha de mandioca ou de milho, sendo citado como alimento comum nas Minas do Século XIX, pelo Engenheiro Wilhelm Ludwig von Eschwege - conhecido como Barão de Eschwege – que tem um papel fundamental para história de Congonhas, bem como por outros célebres viajantes e estudiosos europeus que passaram por várias regiões brasileiras no contexto do Império, tais como Auguste de Saint-Hilaire e Richard Francis Burton. A palavra Jacuba, explica Soares (1990), baseado nos relatos desses viajantes, era um alimento muito relacionada aos mulatos pobres, negros libertos ou escravizados e tropeiros, ou seja, o nome Jacuba está relacionado a cultura, memória e história de Minas Gerais e da cidade de Congonhas.

A agremiação esportiva e carnavalesca “Cruzeiro” foi se transformando em Jacuba, tendo seu nome oficializado no ano de 1978, por José Patrocínio da Silva, conhecido como “timoneiro” da Jacuba, que presidiu a G.R.E.S. – Unidos da Jacuba durante vários anos. Na estreia da “Unidos da Jacuba” na avenida Marechal, em 1978, a escola conquistou o título de campeã do carnaval. Representando o bairro Basílica, mas que também reunia apoiadores de outras localidades da cidade, o samba-enredo escolhido foi “Exaltação a Tiradentes”, composto por João Nicolau de Souza. Sob a liderança do presidente José Patrocínio, a Jacuba acumulou quatro troféus ao longo de oito desfiles realizados, recebendo assim, um outro apelido por seus apoiadores, chamando a Escola agora de “Encantada”. Em um de seus ensaios, realizados na Alameda das Palmeiras e sempre lotados pela comunidade, a escola teve a honra de receber “Neguinho da Beija-Flor”, mostrando a força e representatividade que a Escola construiu com tempo.

Após mais de duas décadas longe do carnaval de Congonhas, e agora com o nome Grêmio Recreativo Escola de Samba Acadêmicos da Jacuba, voltou a se apresentar no Carnaval de 2024, escola de samba sempre foi um símbolo de união para os amantes da folia. Seu retorno foi acompanhado de uma junção de um resgate das tradições carnavalescas, mas também as lembranças de uma época em que o carnaval movimentava toda a comunidade, de modo que podemos afirmar que a reestreia da Jacuba no carnaval de 2024 foi um momento único, resgatando memórias e fortalecendo a cultura local.

4 - TÍTULO DO PROJETO	
Estruturando Os Sonhos da "Encantada"	PERÍODO DE EXECUÇÃO: INÍCIO: À partir da assinatura do termo TÉRMINO: 02 meses de execução
5 - OBJETO (DESCRIÇÃO DO PROJETO)	



Estruturar e reformar 03 (Três) carros alegóricos provenientes do carnaval de 2024 e construir 02 (Dois) elementos cenográficos, por meio de aquisição de serviços de solda, elétricos, ornamentação e aquisições materiais para viabilizar, de forma parcial, o desfile do Grêmio Recreativo Escola de Samba Acadêmicos da Jacuba, no carnaval da cidade de Congonhas no ano de 2025.

6 - LOCAL ONDE SERÁ REALIZADO O PROJETO

Será realizado em galpão apropriado com vista a um equipamento público.

7 - JUSTIFICATIVA PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO / ATIVIDADE

O Carnaval de Congonhas, em Minas Gerais, representa muito mais do que uma festividade: é um momento de expressão cultural, integração social e valorização das tradições populares. Neste cenário, o Grêmio Recreativo Escola de Samba Acadêmicos da Jacuba destaca-se como uma das mais tradicionais e respeitadas agremiações carnavalescas da cidade de Congonhas, carregando décadas de história e contribuindo significativamente para a identidade cultural local.

A Acadêmicos da Jacuba não é apenas uma escola de samba; é um patrimônio vivo de Congonhas, que envolve gerações de artistas, músicos, artesãos e moradores em um projeto coletivo de criatividade e paixão. Os desfiles da escola são aguardados com grande entusiasmo pelos moradores da cidade.

Nesse sentido, para o carnaval de 2025, a escola planeja realizar um desfile que contemple a história religiosa local, dando enfoque em uma figura religiosa local, mas também evidenciando elementos da história e cultura afro-brasileira. Assim, faz-se necessário a reforma de três (03) carros alegóricos e a construção de dois (02) elementos cenográficos que são de extrema importância para garantir que o Grêmio Recreativo Escola de Samba Acadêmicos da Jacuba continue a desempenhar seu papel como protagonista do carnaval de Congonhas.

Os carros alegóricos são verdadeiras obras de arte que contam histórias, exaltam a cultura e encantam os espectadores. No entanto, as estruturas existentes necessitam de reforma para atender às exigências de segurança e funcionalidade, além de se adaptarem à temática proposta pela Agremiação. Por sua vez, os novos elementos cenográficos vão trazer a inovação e maior impacto visual ao desfile, fazendo-se assim de suma importância.

8 - DIAGNÓSTICO DA REALIDADE

O Carnaval de Congonhas, em Minas Gerais, transcende o caráter de mera festividade, configurando-se como uma manifestação cultural de grande relevância, que promove a integração social e reforça as tradições populares da região. Este evento anual é um marco no calendário cultural da cidade, reunindo várias de pessoas em celebração à criatividade, à música e à identidade local.

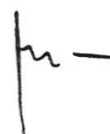
Dentro desse contexto, o Grêmio Recreativo Escola de Samba Acadêmicos da Jacuba ocupa um lugar de destaque como uma das mais tradicionais e respeitadas agremiações carnavalescas da cidade. Com décadas de história, a escola desempenhou, por vários anos, um papel essencial na valorização e preservação das expressões culturais locais, carregando consigo a responsabilidade de perpetuar as raízes culturais e promover a união da comunidade.

Após mais de duas décadas de inatividade, o Carnaval de 2024 marcou o ressurgimento da escola, que desfilou mais uma vez na Avenida e foi marcado por uma mistura de emoção e memória. A referida escola pretende desfilar mais uma vez na Avenida no Carnaval da cidade no ano de 2025, porém, realidade atual apresenta desafios que podem comprometer a capacidade da escola de samba em manter a excelência e o impacto de suas apresentações no desfile. A necessidade de recursos financeiros e materiais adequados para a reforma e adequação de carros alegóricos e fabricação de elementos cenográficos é um ponto central. Esses itens são fundamentais para a criação de um espetáculo que esteja à altura das expectativas da população e que contribua para o fortalecimento da identidade cultural da cidade.

Dessa forma, o presente projeto visa estruturar, construir e ornamentar 03 (três) carros alegóricos e 02 (dois) elementos cenográficos, por meio da aquisição de serviços e materiais necessários, a fim de viabilizar, o desfile da Acadêmicos da Jacuba no Carnaval de Congonhas em 2025. Este esforço está diretamente alinhado ao objetivo de resgatar e valorizar as tradições carnavalescas locais, garantindo que a escola de samba mantenha seu protagonismo e continue a inspirar a comunidade com suas apresentações.

O nexo entre a realidade e as metas a serem atingidas é de realizar atividades que possibilitará não apenas a revitalização da manifestação cultural local, mas também o fortalecimento de laços comunitários e a geração de impactos positivos nos moradores da cidade, turistas e simpatizantes da Escola.

9 - PÚBLICO-ALVO - (DIRETA E INDIRETAMENTE)



Integrantes da Escola Acadêmicos da Jacuba
Profissionais da cultura local
Comunidade local
Comércio local
Comunidade em geral de Congonhas
Turistas e visitantes da região

10-FORMA DE EXECUÇÃO / METODOLOGIA DE TRABALHO

"A metodologia deste projeto baseia-se na reforma e adaptação de carros alegóricos provenientes do carnaval de 2024 para viabilização parcial do carnaval de 2025 por meio de reformas em estruturas metálicas, e madeiras, execução de serviços elétricos, artesanais e de embelezamento essenciais e troca de pneus, bem como a construção de 02 elementos cenográficos, com toda ornamentação conforme sinopse da Escola observância da segurança e responsabilidade em todas as etapas de execução do mesmo, por meio da avaliação inicial (MARCO ZERO), acompanhamento, monitoramento e avaliação, pela equipe gestora do projeto: ordenador, gestor financeiro e gestor administrativo.

Objetivo 1: Reformar e adaptar 03 carros alegóricos para o carnaval de 2025:

Passo 1.1 - Inicialmente será feito uma avaliação, para levantamento das potencialidades das estruturas.

Passo 1.2 - Contratação de Serviço de guincho - empresa especializada para executar remoção dos carros alegóricos.

Passo 1.3 - Comprar todos os materiais necessários, metais, pneus, madeiras, setores de direção dentre outros.

Passo 2 - Construir 02 elementos cenográficos:

Passo

2.1 - Viabilizar os materiais metálicos conforme demanda para soldagem das estruturas dos elementos.

Passo 3 . Viabilizar iluminação dos carros e elementos cenográficos

Passo 3.1 - Será contratado prestação de serviços elétricos/iluminação.

Passo 3.2 - Aquisição de materiais elétricos conforme levantamento e aluguel de geradores.

04 - Viabilizar a ornamentação de 03 carros alegóricos e 02 elementos cenográficos.

Passo 1 - Contratar serviços de decoração/ornamentação e artesanato, conforme objetivos específicos de cada carro/elemento.

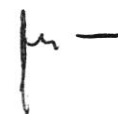
Passo 2 - Será contratado serviços de artesanato para produção de esculturas.

5 - Monitoramento, Avaliação e Prestação de Contas

O Monitoramento do projeto será por meio dos registros de todas as etapas da execução a partir do Marco Zero, com acompanhamento da equipe gestora do projeto e apresentação dos indicadores gerados e relatório executivo e fotográfico do cumprimento do objeto."

11-ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS E RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS

OBJETIVO	ATIVIDADE(S) RESUMO	RESULTADOS ESPERADOS
1: Reformar e adaptar 03 carros alegóricos para o carnaval de 2025	Contratar serviços: em logística para o transporte dos carros até um galpão. Contratar serviços de soldador. Comprar materiais metálicos (perfis, chapa dentre outros). Comprar setor de placas de medidor e pneus apropriados. Obs.: A OSC. oferecerá como contrapartida colocado 01 extintor de incêndio em cada carro, com orientação prévia dos manobristas responsáveis de cada elemento.	Espera-se produzir um elemento seguro, que sirva de plataforma para os destaques e alegorias conforme planejamento da Escola,
2 - Construir 02 elementos cenográficos:	Contratar serviço de serralheiro/soldador. Comprar matérias metálicas e de madeira.	Espera-se construir 02 elementos eficazes, para receber ornamentação e desta forma enriquecer os efeitos visuais no desfile conforme a sinopse da escola, segundo o enredo atual



3- Viabilizar iluminação carros e elementos cenográficos	Contratar serviços eletricos. Comprar materiais de consumo eletricos (Fios, Lampádas dentro outros) alugar dois geradores de energia.	Espera-se uma iluminação segura e eficaz, que valorize os destaques, adereços e ornamentações comprometida em colocar em evidência por meio da iluminação,a história a ser contada durante o desfile.
4 - Viabilizar a ornamentação de 03 carros alegóricos e 02 elementos cenográficos	Contratar serviços de ornamentação/decoração e artesanatos	Espera-se uma ornamentação adequada a cinforme especificidade de cada carro/elemento alegorico da escola para 2025 , bem executada permitindo uma boa leitura do enredo e da história a ser contada na avenida.

12- EQUIPE TÉCNICA - CONTRATAÇÃO - PESSOA JURÍDICA/PESSOA FÍSICA (NF-e)

NOME	FUNÇÃO NO PROJETO	FORMAÇÃO PROFISSIONAL	VÍNCULO	HORAS SEMANAIS TRABALHADAS
À contratar	Coordenador	Segundo Grau Completo	NF-e Prestação de Serviço	20 horas semanais
À contratar	Gestor financeiro	Ensino Superior Completo em Contabilidade	NF-e Prestação de Serviço	20 horas semanais
À contratar	Gestor Administrativo	Ensino Superior Completo Serviço Social	NF-e Prestação de Serviço	20 horas semanais
À contratar	Contabilidade	Ensino Superior Completo em Ciências Contábeis	NF-e Prestação de Serviço	4 horas semanais

13 – AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

OBJETIVOS / METAS (quantitativas e mensuráveis a serem atingidas)	INDICADORES QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS DE RESULTADOS	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
01 - Reformar e adptar carros alegóricos para o carnaval de 2025	Reformar 03 carros alegóricos com segurança, materiais apropriados e de qualidade	Relatório Fotográfico das etapas de execução das atividades e ficha tecnicas dos materiais utilizados
02 - Construir elementos cenográficos	Reformar 02 elementos cenográficos com segurança, materiais apropriados e de qualidade	Relatório Fotográfico das etapas de execução das atividades e ficha tecnicas dos materiais utilizados
03 - Viabilizar iluminação carros e elementos cenográficos	Realizar a iluminação de 03 carros e 02 elementos cenográficos com segurança, materiais apropriados e de qualidade	Relatório Fotográfico das etapas de execução das atividades e ficha tecnicas dos materiais utilizados
04 - Viabilizar a ornamentação de 03 carros alegóricos e 02 elementos cenográficos	Realizar a ornamentação de 03 carros e 02 elementos cenográficos apropriados e de qualidade .	Relatório fotográfico de todas as etaps da ornamentação

14 - CONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META – ETAPA OU FASE)

RESUMO GERAL

META	ETAPA FASE	DESCRIÇÃO DAS METAS E ETAPAS	INDICADOR FÍSICO		DURAÇÃO		VALOR
			UNID.	QUANT	INÍCIO	TÉRMINO	

[Assinatura]

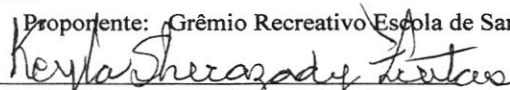
	1.	Consumo	N.A	N.A	a partir da assinatura do termo	2 meses	R\$ 36.270,00
	2	Serviços de Terceiros	N.A	N.A	a partir da assinatura do termo	2 meses	R\$ 63.730,00
	TOTAL DO PROJETO						R\$ 100.000,00

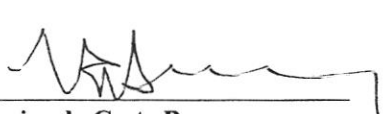
15 - PLANO DE APLICAÇÃO DETALHADO DOS RECURSO - MATERIAIS DE CONSUMO

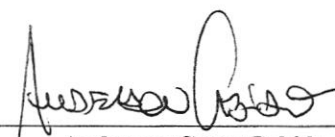
META 1	ETAPA FASE	DESCRIÇÃO DETALHADA	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Estruturando os sonhos da Encantada"	Pré-produção	Materiais metalicos e de solda, como perfis, eletrodo, chapa, dentre outros.	Sob demanda	Sob demanda	sob demanda	R\$ 4.500,00
	Pré-produção	Material elétricos, como fios, interruptores entre outros.	Sob demanda	sob demanda	sob demanda	R\$ 3.000,00
	Pré-produção	Pneus Aro 13 (MEIA VIDA)	UN	12	R\$ 150,00	R\$ 1.800,00
	Pré-produção	Materiais para ornamentação dos carros e elementos cenográficos: como tecidos, plumas, buá, penas de acetados, penas, de colas , gramos dentre outros;	Sob demanda	sob demanda	sob demanda	R\$ 26.970,00
	SUBTOTAL					R\$ 36.270,00

16-PLANO DE APLIC. DETALHADO DOS RECURSOS - (SERVIC. DE TERCEIRO - PESSOA FÍS./JURÍDICA)

META 2	ETAPA FASE	DESCRIÇÃO DETALHADA	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Estruturando os sonhos da Encantada"	Pré-produção; produção + final	Coordenador	NF	2	R\$ 5.000,00	R\$ 10.000,00
	Pré-produção; produção + final	Gestor financeiro	NF	2	R\$ 5.000,00	10.000,00
	Pré-produção; produção + final	Gestor Administrativo	NF	2	R\$ 5.000,00	10.000,00
	Produção + final	Contabilidade	NF	02	R\$ 600,00	1.200,00
	Produção	Prestação de serviço de Soldador	NF	01	R\$ 6.000,00	6.000,00
	Produção	Prestação de serviço Elétrico	NF	1	R\$ 5.000,00	5.000,00
	Produção	Serviço de locação de máquinas Geradores de Energia	NF	04	R\$ 257,50	1.030,00
	Produção	Serviço de Transporte (guincho).	NF	1	R\$ 1.000,00	1.000,00
	Produção	Serviço de ornamentação	NF	1	R\$ 13.500,00	13.500,00
	Produção	Serviços de artesanato(confecção.adereços, esplendores, dentre outros.	NF	1	R\$ 6.000,00	R\$ 6.000,00

SUBTOTAL						RS 63.730,00
16 - PLANO DE APLICAÇÃO - CONCEDENTE						
Órgão: 27; Unidade: 01; Função: 13; Sub-função: 392; Programa: 0023; Atividade: 0.095 - Apoio a Entidades— Cultura - Emenda Impositiva; 3.3.50.41- Contribuições; Fonte: 1500; ficha : 1414					RS100.000,00	
17 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - CONCEDENTE						
META/ETAPA	jan/25	fev/25	mar/25	abr/25	MAIO/25	jun/25
		100.000,00				
	jul/25	ago/25	set/25	out/25	nov/25	dez/25
20 - DECLARAÇÃO DO PROPONENTE						
Declaro, para fim de prova junto ao município de CONGONHAS, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Municipal ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que impeça a transferência de recursos financeiros oriundos de dotação consignada no orçamento do município, na forma deste Plano de Trabalho.						
Congonhas, ____/____/____ Proponente: Grêmio Recreativo Escola de Samba Acadêmicos da Jacuba  Keyla Sherazady Freitas - (Presidente)						

21-APROVAÇÃO DO CONTROLE INTERNO DA PREFEITURA DE CONGONHAS	
O termo encontra guarida legal:	
a) () Previsão legal b) () Previsão orçamentária c) () Recursos financeiros d) () Compatibilidade com a LDO e) () Compatibilidade com o PPA	DEFERIDO () INDEFERIDO ()
Congonhas, <u>10/02/2025</u>  Rosângela Ferreira da Costa Braga Secretária Municipal de Integridade e Controle Interno	

22- APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE	
☐ DEFERIDO ☐ INDEFERIDO	
Congonhas, ____/____/____	 Anderson Costa Cabido Prefeito de Congonhas